

MOVIMENTOS DE MULHERES E A LUTA POR DIREITOS (MANAUS, 1985-1989)

WOMEN'S MOVEMENTS AND THE STRUGGLE FOR RIGHTS (MANAUS, 1985-1989)



PAOLA DA CRUZ RODRIGUES⁷⁹

Resumo

Este artigo é resultado das discussões do PIBIC intitulado “Crime e Criminalização na Imprensa: Movimentos Sociais e vida Urbana na cidade de Manaus (1985-1989)” que buscou refletir sobre a imprensa como “força ativa” na representação da criminalidade e na criminalização de movimentos sociais e outros fazeres urbanos na capital do Amazonas nos anos de 1985 a 1989, com foco para a problematização dos jornais do Comércio e A Crítica no período. Avançando na investigação da conjuntura temática e experiência ampla desses sujeitos históricos naquele contexto, o que se evidencia agora é a trajetória de lutas de mulheres nesses grupos e sua representação contraditória nas folhas impressas daqueles periódicos. Das fontes destaca-se a sua presença, tanto quanto a contribuição desse conjunto documental para o alargamento teórico-metodológico da historiografia das mulheres e das relações de gênero na região, possibilitando a ampliação de horizontes teóricos acerca da participação das mulheres manauenses no processo de redemocratização do país.

Palavras-chave: Imprensa; trabalhadoras; mulheres; Manaus.

Abstract

This article is the result of the PIBIC discussions entitled "Crime and Criminalization in the Press: Social Movements and Urban Life in the city of Manaus (1985-1989)", which sought to reflect on the press as an "active force" in the representation of criminality and criminalization of social movements and other urban actions in the capital of Amazonas in the years 1985 to 1989, focusing on the problematization of the newspapers do Comércio and A Crítica in the period. Advancing in the investigation of the thematic conjuncture and broad experience of those historical subjects in that context, what is evidenced now is the trajectory of women's struggles in those groups and their contradictory representation in the printed sheets of those periodicals. From the sources

⁷⁹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM). Graduada em licenciatura plena em História pelo departamento de História do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Pesquisadora dos temas de Crime e Criminalização de Movimentos Sociais, Trabalhadores e Vida Urbana em Manaus, Mulheres, Trabalhadoras, Gênero e Movimento Negro com ênfase no período de 1968-1989. Associada ao POLIS - Núcleo de Pesquisa em Políticas, Instituições e Práticas Sociais. Orientada pelo Professor Dr. Nelson Tomelin Jr. Email: paolacrodrigues1998@gmail.com.



we highlight their presence, as well as the contribution of this set of documents to the theoretical and methodological broadening of the historiography of women and gender relations in the region, enabling the expansion of theoretical horizons about the participation of women from Manau in the process of redemocratization of the country.

Keywords: Press; workers; women; Manaus.

Introdução

Entre 1985 e 1987, o Distrito Industrial viveu um intenso período de greves, em que as mulheres tiveram grande destaque. “A maioria dessas greves eram lideradas por mulheres, tinham homens, mas a liderança maior era das mulheres. Elas garantiram a presença de todas as pessoas durante os três anos das grandes greves” (Jornal do Comércio, edição de 09 de março de 1986, p. 04). A luta das mulheres trabalhadoras em Manaus toma força no interior da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Metalúrgicas, uma espécie de coordenadoria organizada dentro do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, que representa a voz das mulheres que encampam as suas demandas dentro do próprio sindicato. Essa organização, conforme Torres (2005, p. 184), tem seu ponto alto “no Encontro da Mulher Operária de Manaus organizado pelas mulheres trabalhadoras da indústria”.

Nos anos de 1985 e 1986 o jornal noticia cada vez mais a participação de mulheres nos espaços políticos. Destacadas muitas vezes como feministas, essas mulheres são apresentadas como responsáveis por uma tentativa de mudança dentro da sociedade, entendimento veiculado pelo caderno Opinião do dia 09 de março de 1986, com o título “A mulher na vida Nacional”:

Aproveitando a data internacional consagrada à mulher, a Comissão dos Direitos da Mulher Brasileira chefiada pela deputada Ruth Escobar vem patrocinando em todos os Estados simpósios sobre a participação da mulher no desenvolvimento sócio-político brasileiro possivelmente o objetivo maior é conseguir uma mudança de mentalidade de nossa sociedade sobre o papel que a mulher exerce na vida de qual quer povo, a fim de que se abram todas as portas à sua capacidade e à sua inteligência. (Jornal do Comércio, edição de 09 de março de 1986, p. 02).

Ao lado da manchete temos uma charge, a qual evidencia olhares e percepções sobre representações de gênero quanto àquele processo. No desenho, vemos caricatura de José Sarney, então Presidente da República, segurando lista de compras, provável referência aos efeitos esperados pela instituição da tabela Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB, editada entre fevereiro e março de 1986 para diferentes regiões do país no âmbito do Plano Cruzado. A imagem da “dona de casa”, neste caso, parece perder a sua condição de sujeito para a de operadora de diretrizes econômicas que lhe



escapam. Nesse mesmo período, como sabemos, mutirões de “compras” eram organizados por mulheres em bairros de todo o país a fim de definir limites e obstáculos para a inflação de artigos básicos da cesta alimentar. De outro lado, também pequenos comerciantes enfrentaram dificuldades frente ao controle do preço pelos grandes comércios atacadistas. Era o início do fim dos pequenos mercadinhos de bairro, os quais perderiam espaço para a concorrência dos lojistas das redes de supermercados de expressivo poder aquisitivo e regulação do mercado varejista. Destacamos assim, ambiguidades presentes na charge expressas pela legenda “Ser ou não ser... Vamos ver no que dá”, evidenciando que planejamentos de cima para baixo podem sofrer enfrentamentos ativos dos “de baixo”.

Conforme é apresentado em manchete de 17 de janeiro de 1989, no caderno Economia, “Este plano é mais um Cambalacho”:

Desta vez, assegura Ricardo, ‘o congelamento dos preços tem menos chance de dar certo, pois ninguém mais acredita que o governo vá tomar alguma medida para controlar os preços e punir os comerciantes que burlarem as novas medidas, sendo assim não haverá mais os movimentos de donas de casa para denunciar os remarcaadores de preços. Pois, se no Plano Cruzado o governo nada fez para combater estes especuladores, não vai ser neste que haverá medidas por parte dos órgãos para combater estes comerciantes que descumprirem o congelamento’ afirma o sindicalista. (Jornal do Comércio, edição de 17 de janeiro de 1989, p. 7).

Essa representação das mulheres na imprensa ganha força e suas pautas aparecem cada vez mais nos jornais, são feministas, grevistas, trabalhadoras, professoras, prostitutas que vão se colocando na sociedade. Em manchete do dia 15 de fevereiro de 1987 temos dois quadros, “A QUESTÃO DO ABORTO (I)” e a “QUESTÃO DO ABORTO (II)”. Onde temos que:

Como já era esperado, mais um caso de morte provocada por aborto clandestino e mal feito reabriu os debates sobre a legalização da prática no País. O Comitê da Mulher Trabalhadora do Amazonas é contrário à legalização do aborto. A alegação é a de que a mulher merece respeito e informação de toda a sociedade para saber como evitar ter filhos, ou no caso de gravidez, como enfrentá-la. (Jornal do Comércio, edição de 15 de fevereiro de 1987, p.02).

O texto da notícia também aponta que direcionamentos do Comitê da Mulher Trabalhadora do Amazonas não condiziam com o pensamento feminista de mulheres de outros estados e justifica isso na possível base religiosa que orientava o Comitê:

A posição do Comitê da Mulher Trabalhadora do Amazonas tem clara influência cristã, embora o grupo não esteja necessariamente ligado à Igreja Católica, ou qual quer outra igreja cristã. E a CNBB - o órgão mais representativo da Igreja em todo o País- quem defende de há muitos anos

exatamente essa tese, totalmente contrária à prática & aborto em todos os sentidos. (Jornal do Comércio, edição de 15 de fevereiro de 1987, p. 02).

Em 1986, o Comitê citado na notícia surgiu como resultado da organização das operárias, um grupo feminino foi formado por trabalhadoras do Distrito e se reuniu no Dia Internacional da Mulher, no 1º Encontro da Mulher Operária de Manaus. Os temas discutidos foram o “mercado de trabalho, a discriminação profissional e sexual, direito a creche, salários idênticos para as mesmas funções, discriminação do aborto e outras questões” (Jornal do Comércio, edição de 09 de março de 1986, p. 04).

No ano de 1986, em denúncia ao jornal A Crítica, Ricardo Moraes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, afirma que “através de denúncias das operárias, as indústrias adotam medidas que levam as mulheres a optar pelo aborto, visto que muitas mulheres foram demitidas ou tomaram advertência por estarem grávidas”, além disso, os próprios médicos das empresas indicavam o aborto. O projeto, em linhas gerais, tinha como objetivo “esterilizar” as operárias do Distrito Industrial de Manaus em um prazo de 12 meses, a contar de julho de 1986. Esse projeto inicialmente visava atingir 2.400 famílias. No final, o presidente do sindicato ainda afirma que essa era uma forma de evitar que qualquer funcionária ficasse grávida. (Jornal A Crítica, edição de 09 de fevereiro de 1986, p. 10).

Aqui vemos a dualidade entre os debates a nível estadual e nacional, o movimento de mães e a luta por creche em Manaus se consolida dentro da perspectiva do direito à maternidade e à creche. Em contraponto, o aborto é colocado em um plano como uma pauta do movimento feminista a nível nacional em 1987, mas é evidenciado em 1986 como uma forma de abuso dentro do espaço de trabalho para com essas mulheres que tinham o direito à maternidade negado.

E não é só nos espaços das fábricas que esse direito é violado. No Caderno Opinião, do dia 13 de fevereiro de 1986, temos como notícia “Uma coisa muito feia”: queixas surgiram contra a Secretaria de Educação e Cultura do Estado que estaria exigindo das professoras aprovadas no concurso um exame comprovando não estarem grávidas, requisito para que pudessem seguir para a próxima etapa do concurso. O tema aparece como discriminação, mas também como uma coisa “muito feita”, que por conseguinte é também uma violação contra essas mulheres.

Logo, esses acontecimentos levam as mulheres a se organizarem em clubes de mães, na luta por creche, como um direito que garante sua permanência no espaço de trabalho, trazendo a luta pela creche como um direito trabalhista. Scott (1995) aponta que





essa ação coletiva firmou a consciência de gênero para o reconhecimento de seus direitos. E este despertar possibilitou compreender que as diferenças impostas entre os sexos é a primeira forma de significar as relações de poder. A cobrança para que esse atendimento fosse extensivo às outras camadas da população, fez com que se inserisse o tema das demandas por creches na pauta política mais ampla da cidade e no país. Seria então reconhecida como uma política pública para a primeira infância na Constituição Federal de 1988, sendo ratificada como política educacional na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

Podemos perceber que por mais que diversos setores se articulem contra o movimento de mulheres, que é também o movimento de trabalhadoras, elas conseguem fazer frente ao processo patriarcal e capitalista que nega as suas subjetividades e direitos. No ano de 1989 toma forma no jornal a afirmação própria de “movimentos de donas de casa”. Apresenta-se aí um movimento que extrapola os contornos limitantes da imagem de “mulheres do lar”, quando tais mulheres se evidenciam como sujeitos que lutam por melhores condições de vida.

As mulheres na imprensa: contexto social e político

Ao trabalharmos com a leitura de dois Jornais de grande Circulação que é o Jornal do Comércio e o Jornal, priorizamos a leitura completa das edições dos jornais para compreender a sua articulação, suas diversas narrativas, muitas construídas visando interesses da elite da época, como a desocupação de bairros nobres e criminalização de bairros periféricos. Os mais diversos tipos de crimes vão sendo abordados a fim de se moldar um imaginário social, logo não poderíamos dar destaque apenas a ler um caderno, ou somente alguns textos, mas sim ao periódico por completo, até mesmo para compreender as mudanças de discurso em torno dos projetos políticos da época e as discussões referentes a Constituinte em 1988.

Como o jornal A Crítica não existe em meio *on-line*, o mesmo foi lido impresso, em material disponibilizado pela Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, e as manchetes abordadas foram escaneadas visando manter o material para consulta, os fascículos retirados do jornal foram catalogados de acordo com ano, edição, caderno e paginação. Já o Jornal do Comércio foi lido em meio digital disponibilizado pela Hemeroteca Nacional, também sendo salvo o material tendo sido os fascículos retirados do jornal também catalogados de acordo com ano, edição, caderno e paginação.





O jornal *A Crítica* foi fundado em 1949, pelo jornalista Umberto Calderaro Filho e sua cômputo Ritta de Araújo Calderaro, pertencendo até os dias atuais à família, hoje dona da Rede Calderaro de Comunicação. É um jornal diário, que chegava ao leitor às 11 horas, sendo o de maior circulação do estado. Ficou muito tempo conhecido como “onzeiro” devido a estratégia de publicação às 11 horas que foi criada pelo seu fundador, o jornalista Umberto Calderaro Filho (1927–1995) para enfrentar os grandes jornais da época, sair primeiro que os concorrentes da tarde e depois que os da manhã e, assim, consolidar-se como um meio-termo e conquistar um nicho de leitores. Já o *Jornal do Comercio* foi fundado em 2 de janeiro de 1904, por J. Rocha dos Santos, sendo o jornal mais antigo em circulação na Amazônia e um dos mais antigos do Brasil.

Assim, também a obra de Antonio Gramsci contribui para se pensar a imprensa no campo da produção social de “hegemonias e contra-hegemonias” (GRAMSCI, 2001), o que pode explicar o porquê de visões de mundo e interesses particulares serem apresentados e reproduzidos nessas páginas como um “bem comum”, “valores universais”, ainda que enfrentando resistências inúmeras por movimentos organizados e não organizados.

Em notícia do caderno “Cidade” do *Jornal A Crítica*, de 18 de julho de 1985, lemos a manchete “Marido Pune Mulher Feminista”. Segue o conteúdo:

“Ensimesmado” com as “novas ideias” de sua mulher, Conceição Maria Viera Barros, que adotou posições feministas, abandonando os afazeres domésticos, o operário Osvaldo Pereira da Silva resolveu puni-la, cortando-lhe os lóbulos das orelhas. O caso foi levado à delegacia do 8º Distrito de Policial, onde Osvaldo não admitiu que a mulher faça qualquer operação plástica para reconstruir os apêndices mutilados, afirmando que “se ela quiser viver novamente comigo tem que ser assim, mulher que quer parecer com um homem não tem lugar para brinco”. (*Jornal A Crítica*, 18 de nov. de 1985, Caderno *Cidade*, p. 02).

A forma como a notícia é apresentada não dá espaço para a manifestação da mulher que sofreu a agressão. Indiretamente, o jornal parece denunciar um crime para muitos leitores que talvez se comportassem da mesma forma caso “suas” mulheres daquela maneira ousassem se “comportar”. Trata-se aí de reduzir uma luta social a uma situação comportamental de questão “familiar”, como se o jornal afirmasse, de forma classista e machista, que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, ainda que desavenças aí levem a mutilações. A manchete omite detalhes sobre prisão, fiança, etc. Articula o entendimento de que a posição “feminista” levou a mulher a descumprir o que para a época seria sua obrigação, seus compromissos domésticos. O lugar social



masculino, a prática de tortura, e eventual omissão do poder policial não são postos em discussão. A polícia aparece aí como mediadora de “curiosa desavença matrimonial”.

Logo abaixo temos uma manchete referente a greve de trabalhadores e trabalhadoras, respectivamente “Setor de Produção da Estanave está parado” e “Demissão para fábrica do DI (Distrito Industrial)”, e com o texto da manchete temos que:

Pelo menos 300 das 440 mulheres que trabalham na fábrica Douglas Mit sumi Eletronic Ltda resolveram manifestar-se ontem contra a demissão de uma operária. A forma que utilizaram para isto foi uma paralisação que poderá culminar em mais uma greve. E a segunda vez que essas trabalhadoras fazem este tipo de protesto. No primeiro, conseguiram evitar três demissões. A medida de corre do que ficou decidido na greve dos metalúrgicos, de que realizem greve no caso de demissões. (Jornal do Comércio, edição de 20 de agosto de 1985, p. 1).

A partir dessas notícias podemos destacar a importância e o impacto da organização e reorganização dos/as trabalhadores/as ainda num contexto de autoritarismo que havia fechado muitos sindicatos e como o processo de reabertura política e de redemocratização a possibilidade aos trabalhadores e trabalhadoras uma disputa maior de seus direitos dentro das fábricas, assim como a notícia sobre “invasões”, processos legítimos de ocupação de terra, se reafirma a disputa pela cidade, que também é desses trabalhadores, é um momento de muitos conflitos, onde se destaca a presença das mulheres nesses espaços.

Tendo em vista que os trabalhos na historiografia sobre gênero e a participação social de mulheres passam por novos escopos teóricos e metodológicos (BUTLER, 2003; PEDRO, 1994; PERROT, 1989 e 1998; RAGO, 1998), a presente pesquisa pretende contribuir para o debate desse eixo temático. Busca-se aqui a revalorização de mulheres que, de forma organizada ou não organizada, lutaram por seus direitos, por democracia, pelo direito ao trabalho, à memória e à cidadania, avançando a partir dos seus esforços o nosso marco civilizatório (MATTOS; SOLLER, 2003).

A partir dessas breves reflexões, buscamos constituir um mosaico de questões fundamentais, que poderão vir a compor uma análise mais detida através do “olhar da imprensa” sobre a luta dos trabalhadores e trabalhadoras e de seus movimentos sociais, pelo direito de gênero, por moradia e vida urbana dignas, pelo direito a terra e à cidade, à igualdade racial. Busca-se aqui problematizar o discurso da imprensa na produção e preservação da memória, refletindo sobre as relações e meios com que constrói os fatos (VESENTINI, 1997).

Atuação e organização dos movimentos de mulheres trabalhadoras



Michele Perrot (2005) indica que no teatro da memória, as mulheres são “sombras tênues”. Conforme observamos o modo como a imprensa representa as mulheres, percebemos que o espaço reservado a elas é o lar, invisibilizando a história de suas articulações, redes de solidariedade e vivências cotidianas, assim como banalizando suas lutas. A esfera política de atrelamento desses diferentes conteúdos se dá por perspectivas culturais amplas, contribuindo essas matérias jornalísticas, de forte apelo midiático, para a articulação de interesses comerciais e empresariais, sendo igualmente alvo da resistência de trabalhadores e trabalhadoras organizados de dentro de seus modos próprios de vida na cidade. Trata-se de refletir sobre a consolidação nas lutas do período de importantes políticas sobre o direito à cidade que avançaram o marco civilizatório no país, debates também presentes naquela imprensa, que lidos a contrapelo (BENJAMIN, 1996; CARNEIRO, 2003; SCOTT, 1992 e 1995) evidenciam a participação nessas páginas de mulheres, também lideranças negras, sujeitos históricos diversos que então lutaram por direito à memória.

Nesta conjuntura de fortes contradições, com esforços evidentes de ocultamento da participação de sujeitos históricos na imprensa e em outros territórios sociais e de memória, as mulheres se articularam em formas de resistência organizadas ou não, de dentro de seus modos de vida, e de suas casas (CERTEAU, 2013). Ao mesmo tempo, destacava-se então forte movimento de industrialização e divisão da sociedade por concentração de latifúndios urbanos, projeto herdado e que se dinamiza enormemente ao longo da ditadura civil-militar no país (TOLEDO, 1997). Formas “legitimadas” de invasões, de terras historicamente ocupadas na região, contudo, não para os propósitos de segurança social, por vezes merecerão aí discursos brandos e apaziguadores, em pacto social neutro pelo suposto “interesse de toda a sociedade”.

Entre 1985 e 1987, Manaus passava por uma onda grevista em várias categorias, a exemplo dos motoristas e cobradores do transporte público e dos professores, em que as mulheres tiveram grande destaque, conforme fica explícito nos jornais de grande circulação da época, como o Jornal A Crítica e o Jornal do Comércio. Em manchete da edição de 27 de agosto de 1985, temos que “Empresas demitem em massa grevistas do DI”:

“As empresas Douglas Mitsumi Eletrônica e Evadin começaram ontem pela manhã uma verdadeira “caça” aos grevistas. A Douglas demitiu 21 empregados a Evadin demitiu 18. Todos julgados culpados por participarem da greve, segundo disseram os próprios demitidos, que se encontravam reunidos na manhã de ontem no Sindicato dos Metalúrgicos, onde buscavam



solução para o problema.” (Jornal do Comércio, edição de 27 de agosto de 1985, p. 3).

Destacamos no texto do quadro que “os trabalhadores disseram que dentro da empresa, que tem 70 por cento do seu quadro de mulheres, existem verdadeiros grupos de aliciamento das mulheres” que são “cantadas e pressionadas pelos chefes”. O desvio de soldas também foi denunciado pelos trabalhadores, que disseram que eles passam pela revista no final do dia, “enquanto alguns chefes fazem verdadeiros saques na empresa.”. (Jornal do Comércio, edição de 27 de agosto de 1985, p. 3).

A demissão em massa de trabalhadoras notificada na manchete anterior se baseia na alegação de ilegalidade da greve, mas, como argumenta o sindicato dos metalúrgicos e os próprios trabalhadores e trabalhadoras, a repressão à greve e a demissão se dava então pela denúncia que os mesmos vinham fazendo das irregularidades dentro das empresas e das péssimas condições de trabalho, conforme a fala de Ricardo Moraes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos (colocada em box ao lado já que sabemos por meio da notícia que a agenda do metalúrgico foi enviada a Polícia Federal):

Ricardo Moraes explicou o porquê das anotações que acabaram fazendo com que a sua agenda fosse parar no Departamento de Polícia Federal. Levada pelo secretário-geral da presidência do TRT. 11 Região. Ananias Dantas Goes. Ricardo comentou que as anotações: “O julgamento da greve será no dia 25, às 9 horas da manhã de domingo. Todos os trabalhadores devem voltar ao trabalho? Qual será a decisão dos trabalhadores? Ocupar a fábrica? Tocar fogo? Danificar todas as peças das máquinas? Sequestrar o dono da fábrica, foram feitas durante a assembleia dos trabalhadores em greve da Douglas. (Jornal do Comércio, edição de 27 de agosto de 1985, p. 3).

E afirma ainda que a greve teve os resultados esperados, sendo greves com participação de maioria feminina e com princípios políticos específicos:

O fato de a maioria grevistas da Douglas serem mulheres é muito significativo já que existe, ou existia uma mentalidade entre os empresários de que é mais interessante contratar mulheres porque elas são mais passivas e aceita trabalhar por menores salários. Para o presidente do sindicato, as mulheres estão mostrando aos empresários que elas também sabem brigar pelos seus direitos e que querem trabalhar, mas com dignidade. (Jornal do Comércio, edição de 27 de agosto de 1985, p. 3).

Para além do distrito industrial, diferentes profissões ocupadas por mulheres em Manaus também mostram outras formas de violência, como é destacado sobre as frentistas em notícia do dia 23 de fevereiro de 1986, “Intoxicação não assusta mulheres frentistas”. A matéria expõe a condição de proibição para que mulheres não exerçam a profissão de frentista com base em que mulheres grávidas não podem ser expostas ao forte cheiro de gasolina, suposta causa de mal-estar. A fala delas sobre a decisão, contudo, evidencia outras dimensões da articulação das mulheres no período:



Ao captar várias opiniões sobre o assunto, a nossa reportagem constatou que a maioria das mulheres, dentre elas a repórter Aldenice Noronha, são de opinião contrária à proibição. Para Aldenice, essa proibição vem a ser mais uma medida machista, a discriminando mulher no mercado de trabalho. Se a preocupação se fundamenta a partir do mal que o cheiro da gasolina cause à mulher grávida, que a ela seja concedida a devida licença médica. Não sei quais são as causas reais da proibição, mas não concordo com ela e acho que a mulher deve ter o direito de trabalhar também nos postos de gasolina, se assim o decidir. (Jornal do Comércio, edição de 23 de fevereiro de 1986, p. 13).

Além disso, a notícia também tem o relato da frentista Irene Morais, que trabalha no posto Equador, e aponta alguns problemas enfrentados pelas frentistas: a grosseria e o assédio de alguns homens, que o jornal chama de “cantadas”, contudo, para Irene, pelo fato de estar dentro de uma cultura machista, grosseria e assédio sexual aconteceria/acontece em qualquer outro espaço de trabalho. Outra frentista de nome Nair afirma que o serviço no posto é mais fácil, pois não as impedem de serem donas de casa, pois o trabalho no posto é de meio período, assim elas deixam tudo pronto em casa antes de irem para o trabalho, o que não conseguiram trabalhando no distrito pois não dariam conta da jornada de trabalho, além dos cuidados com os filhos, e na maior parte das vezes, forçosamente também com os maridos. (Jornal do Comércio, edição de 23 de fevereiro de 1986, p. 13).

Denúncias, reivindicações e a luta por direitos

São muitas as denúncias levantadas pelas mulheres trabalhadoras, desde a jornada de trabalho abusiva até o processo de esterilização nas fábricas. Durante o 7º Encontro da Mulher, realizado no Sindicato dos Metalúrgicos entre os dias 7 e 8 de março de 1986, graves denúncias foram formuladas contra empresas do Distrito Industrial. A coordenação do encontro entregou documento enumerando algumas dessas práticas nocivas ao trabalhador, sendo as principais delas ligadas a saúde das mulheres, como as práticas contraceptivas forçadas cuja problemática da natalidade e do aborto foram colocadas em notícia no dia 12 de março de 1986 no Jornal do Comércio:

Uma variedade de atividades Insalubres, que vão desde a exposição a substâncias químicas utilizadas para amolecer alimentos, que invariavelmente causam gastrites, perturbações nervosas e até a obrigatoriedade de desempenhar tarefas que não constam na Carteira de Trabalho. Essas são algumas das denúncias formuladas no 7º Encontro da Mulher Trabalhadora Amazonense, encerrado no dia 8 último com a presença de quase 300 mulheres, que teve lugar no Sindicato dos Metalúrgicos. (Jornal do Comércio, edição de 12 de fevereiro de 1986, p. 12).

Em resposta às denúncias o Delegado Regional do Trabalho, Manoel Nogueira, diz que não leu o documento, mas que, no entanto, e curiosamente, tem dúvidas com



relação aos problemas nele enumerados, afirmando em notícia do dia 13 de março de 1986 no Jornal do Comércio que as denúncias são demagogas.

Apesar de "não ter lido" as denúncias feitas pelas mulheres trabalhadoras das fábricas do Distrito Industrial com relação as violências a que são sistematicamente submetidas, o delegado regional I do Trabalho, Manoel Nogueira, disse ontem que tem dúvidas com relação aos problemas que elas abordaram durante o VII Encontro da Mulher, realizado nos últimos dias 7 e 8. (...) Assim como outras reclamações, são notícias "infundadas e demagogas", uma vez que, conforme repetiu algumas vezes, disse: "Não tenho tempo para ler esse tipo de documento e além do mais, eu mesmo já almocei no DI. com os operários, e constatei que a alimentação fornecida pelas empresas, é de melhor qualidade da que eu como em minha casa. (Jornal do Comércio, edição de 13 de fevereiro de 1986, p. 15).

Não obstante, as trabalhadoras respondem e mantêm sua frente de denúncias. Destacamos aqui a fala de Auxiliadora Mourão em que “as declarações do delegado nada mais são do que uma prova a mais da incompetência de pessoas que ocupam cargos importantes de grande abrangência”. E acrescenta: "com o poder que exerce, não se justifica o desconhecimento dos problemas dos trabalhadores", sugerindo ainda que pessoas com maior sensibilidade e conhecimento ocupem cargos como o de Manoel Nogueira (Jornal do Comércio, edição de 14 de fevereiro de 1986, p. 13).

O impacto dos debates suscitados a partir dessas denúncias é bastante significativo para a sociedade Amazonense. A partir do Encontro das Mulheres Trabalhadoras outras atividades vão se manifestando pela cidade. E assim, no dia 20 de maio de 1986 temos a seguinte manchete: “Operárias pedem apoio para fiscalizar a saúde”.

Uma comissão representativa das organizadoras do Encontro Amazonense de Mulheres esteve sexta-feira na Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade do Amazonas, para discutir com os médicos de vários departamentos uma forma de auxiliá-las na fiscalização da saúde das trabalhadoras especialmente do Distrito Industrial. (Jornal do Comércio, edição de 20 de maio de 1986, p. 14).

O debate também se estende aos órgãos de saúde como a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, com manchete em 21 de maio de 1986, na qual lemos que “Anticoncepcionais preocupam Semsas”. Trata-se de referência ao documento que resume as reivindicações e denúncias das representantes que compõem a comissão organizadora do Encontro Amazonense de Mulheres, realizado no mês de março. A matéria era do conhecimento do Secretário Municipal de Saúde, Fernando Ferreira, o qual recebera as informações uma semana antes da veiculação pela imprensa. Segundo ele, este documento serviu para um debate mais amplo sobre a problemática das trabalhadoras na 8ª Conferência Nacional de Saúde.



Outro processo de disputa pelas mulheres é a construção da Delegacia da Mulher, pelo direito negado a essas sujeitas em Manaus deste período. Em primeiro quadro de notícia, em 27 de setembro de 1985, no caderno Opinião, sob a manchete “Delegacia da Mulher em Manaus”, sabemos que

“Articula-se na Secretaria de Segurança do Estado o projeto de criação de uma Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, vítima constante de violências dentro de nossa sociedade. O projeto seguiria o modelo da Delegacia Instalada na cidade de São Paulo, onde todo o corpo policial é composto de mulheres, sob a orientação de uma delegada de carreira. Tal preocupação tem em vista evitar constrangimento às mulheres que venham a recorrer aos serviços especializados da Delegacia criada para sua proteção. As mulheres vítimas de maus tratos, principalmente de seus maridos, encontrariam na sua Delegacia pelo menos solidariedade e respeito ao seu sofrimento, nem sempre encontráveis diante de um comissário ou agente policial, Integrantes de uma sociedade culturalmente machista.” (Jornal do Comércio, edição de 27 de setembro de 1985, p. 2).

E poucos meses após a primeira notícia temos o resultado de sua ação, quando surge a notícia do parecer contrário à implementação da delegacia por parte do parlamentar Armando Freitas, “Parecer contrário é reação machista”, ao que damos destaque para as falas das mulheres que se articulam e direcionam a importância da construção da delegacia, bem como denunciam os motivos da sua não implementação, além de evidenciarem que para que a construção seja efetiva são necessários outros debates, como então também salientou a socióloga Marilene Corrêa:

“Para a socióloga Marilene Correa, a questão é muito paradoxal, no sentido de que a implantação dessa Delegacia não irá resolver os problemas estruturais de dominação da mulher, ao mesmo tempo em que à nível de (sic.) urgência, poderá ser um importante instrumento contra a violência diária "Vai ser possível um atendimento de emergência. Aliás, as mulheres não se mostraram nem um pouco intimidada das em comparecer a uma delegacia para dar parte de espancamentos" frisou, levando contudo, que a posição da mulher, e a forma como ela está instalada na sociedade, como força de trabalho ou reprodutora da espécie, e as "violências surdas", a que são submetidas nas relações de trabalho, e outras instâncias, dificilmente poderão ser detectadas, sem uma análise mais aprofundada sobre a questão”. (Jornal do Comércio, edição de 5 de outubro de 1985, p. 4)

Além do processo de disputa das mulheres por espaço social e político, percebeu-se a partir dessa pesquisa uma série de questões temáticas ligadas à participação das mulheres na vida urbana da cidade de Manaus naquele momento. Em fascículo do jornal, no caderno “Cidade Aflita”, lê-se que “Donas de casa estão no sufoco”:

As donas de casa são a senhora Joana Rodrigues Moreira (...) e Expedita Soares Leão (...) também do Educandos. Elas falarão sobre o atual custo de vida, notadamente no que se refere aos preços de alimentos comprados em supermercados, feiras e mercados. As duas discutiram como daqui pra frente irão fazer para, pelo menos conseguir o essencial, eliminando algo útil, mas



que para ela e os demais de sua casa têm que começar a conviver sem ele. (Jornal A Crítica, 18 de julho de 1985, Caderno Cidade Aflita).

Esse é um cenário que segue sem grandes mudanças. Em 1988, com a manchete “paga mais caro quem compra em feira”, donas de casa relatam não somente que a instabilidade do preço é alarmante, mas que a vantagem dos mercados é a venda fiada, onde se compra e se pode pagar depois, o que revela não só a preocupação com os preços, mas o endividamento das mesmas. E ao mesmo tempo que as mulheres aparecem na manchete como “donas de casa”, também aparecem enquanto feirantes. Nilce Lima, feirante dona de um *box* de estivas aparece na manchete junto a outros feirantes, como Nonato Barbosa, denunciando que de 1987 para 1988 as vendas caíram pela metade, e que eles nada podem fazer sobre os preços, pois, competem com supermercados e feiras maiores. Tal situação reafirma a disputa pelo espaço urbano e pela sobrevivência desses trabalhadores. Em outro trecho da mesma matéria, outros trabalhadores feirantes reclamam da falta de manutenção do espaço pela prefeitura, sem a prestação de serviços de limpeza ou adequação da estrutura física do lugar, o que prejudica o acesso de clientes. (Jornal do Comércio, edição de 17 de janeiro de 1988, p. 09).

Na notícia anterior, podemos perceber que o jornal direciona o olhar do leitor para que acredite que o problema dos preços estaria somente nas feiras, e que nos grandes mercados o valor seria mais em conta. Porém, em fascículo do jornal publicado dias após, ficamos sabendo que a “SEMSA obriga gerentes a selecionar produtos”, quando se informa que, por conta das *blitz* de Fiscalização Sanitária da SEMSA, os supermercados estão mais propensos a jogar produtos fora com a justificativa de prezar pela saúde dos consumidores:

“O gerente do Supermercado CO da Raiz, Edson Silva, disse que a empresa está procurando evitar problemas com a fiscalização sanitária e melhorar o padrão alimentar do povo oferecendo produtos de boa qualidade. “O produto estragado, ou que tenha passado do período de controle para consumo, seja fruta, carnes, enlatados, embutidos, são retirados de prateleira por iniciativa dos funcionários sob orientação da gerência de cada loja e jogado no lixo garantiu.” (Jornal do Comércio, edição de 23 de janeiro de 1988, p. 09).

Ainda na mesma matéria, uma professora chamada Maria Palmira, que o jornal também apresenta como “dona de casa”, observa que os supermercados poderiam optar por baixar os preços, mas preferem jogar a comida fora:

“A iniciativa do gerente, porém, foi vista como errada por algumas donas de casa, como a professora Maria Palmira, que criticou a direção da loja dizendo ser uma atitude condenável “Preferem deixar os produtos estragarem para jogar fora ao invés de baixar o preço para que o consumidor tenha condição de adquirir a mercadoria e ter mais o que comer, desabafou. Ela acha isso uma



política desumana e própria do capitalismo insano que domina o comércio de alimentos de Manaus.” (Jornal do Comércio, edição de 23 de janeiro de 1988, p. 09).

Em outros momentos do jornal, podemos observar o quanto o modo de produção capitalista é uma forma de violência contra essas trabalhadoras e trabalhadores. Em manchete do dia 05 de janeiro de 1986 lemos notícia sobre “Problemas mentais afetam operários”:

(...) enquanto o Instituto Myra I Lopez registra índice assustador de pacientes em tratamento de ambulatorial, grande parte constituída por pessoas que trabalham nas indústrias de montagem da Zona Franca. O psiquiatra Manuel Galvão justifica o problema com o que ele chama de "regime militar do Distrito Industrial", onde trabalhadores são tratados como robôs, todos sem condições de impor métodos pessoais atividades diárias. (Jornal do Comércio, edição de 05 de janeiro de 1986, p. 1).

A fala do psiquiatra chama atenção, pois ao se referir ao “regime militar do distrito industrial”, revela um problema para além da violência cometida contra os trabalhadores pelas empresas, mas também a violência cometida pela ditadura civil-militar (1964-1985), que desumaniza esses trabalhadores ao tratá-los como máquinas dentro da linha de produção.

Um importante debate que também se constrói é a luta das mulheres pela participação e espaço nos debates da Constituinte e no processo de disputa eleitoral e eleição de mulheres, quando as trabalhadoras em Manaus organizadas nos sindicatos e nos movimentos sociais também debatem essa questão como mostra o enunciado “A mulher na Constituinte (I) A Luta das Mulheres pelo Voto Feminino”. (Jornal do Comércio, edição de 23 de fevereiro de 1986, p.27). Destacamos o trecho da fala da professora Marilene Ribeiro Pardo, candidata do PT Amazonas ao Senado em 1986:

“Mulheres de todas as categorias, reunidas durante esta semana no Sindicato dos Metalúrgicos, decidiram que o tema das comemorações do Dia Internacional da Mulher 8 de março - seria A Contituinte'. E por quê? Certamente que as mulheres trabalhadoras não estão iludidas que uma nova Constituição irá resolver seus problemas. Afinal já existe uma Lei sobre o seguro-desemprego. Mas uma indústria do Distrito Industrial demite num só mês mais de 1.000 funcionários e não paga o seguro, nem é punida pelo Ministério do Trabalho. A Lei das creches já existe. Mas onde estão as creches para os filhos das classes populares? O salário é definido em lei como o mínimo necessário para a satis fação das necessidades básicas de uma família de 4 pessoas.” (Jornal do Comércio, edição de 23 de fevereiro de 1986, p. 27).

A presença organizada de mulheres nessas lutas, seja em partidos políticos, em sindicatos ou no cotidiano do trabalho, denunciando os descasos com seus corpos e seus espaços de labuta; seja resultado do empoderamento histórico contra a opressão, reforçados com a recente Ditadura civil-militar no Brasil e em especialmente na região



Amazônica, evidenciam a presença desses sujeitos históricos na invenção, manutenção e defesa de direitos públicos e democracia, o que, ao fim e ao cabo, marca a trajetória de resistência por sociedade civil, processo ininterrupto e definido pela incessante busca da superação da divisão de gênero no contexto histórico aqui analisado.

Considerações Finais

As lutas das mulheres trabalhadoras em Manaus são diversas, começando pelo contexto social e político no qual estão inseridas. Muitas delas, no Distrito Industrial, enfrentavam não só as péssimas condições de trabalho, mas o machismo e a violência de forte estrutura patriarcal arraigada no período aqui estudado. São inúmeros os casos de denúncias de assédio, abuso sexual, violência psicológica, ameaças e coerção. Além disso, sublinha-se o terror que se praticou então em casos de esterilização, quando mulheres eram obrigadas a abortar, muitas vezes exigências das próprias fábricas para manterem seus empregos.

Esse contexto de desemprego ao lado da questão da esterilização, mobiliza as mulheres trabalhadoras e estudantes para a luta por creche, para terem direito às mínimas condições de trabalho e de criar os seus filhos. Essas reivindicações são organizadas pelos comitês de mulheres e apresentadas aos partidos, aos parlamentares e a sociedade como um todo. Também são essas mulheres que se articulam em grupos de donas de casa, onde fiscalizam os preços, organizam debates sobre a fome, carestia etc.

Ecoam dessas lutas a vigilância sobre arbitrariedades e perspectivas de resistências que dialogam em suas formas de organização com movimentos de mulheres do século XIX e início do século XX, quando também aí buscaram a transformação da condição feminina na sociedade através, principalmente, da luta pela participação na cena eleitoral. De fato, essa é uma das primeiras pautas dos movimentos de mulheres capaz de se difundir pelo mundo industrializado ou em industrialização (DUBY; PERROT, 1990).

Por fim, conforme se aproximam os debates sobre a constituinte e o processo eleitoral a disputa do campo político pela constituinte e dos espaços eleitorais foi ponto central do movimento de mulheres, com a consciência política de que somente ocupando esses espaços elas teriam como reivindicar suas demandas, visto que muitas vezes eram subjugadas pelos parlamentares homens. E, portanto, o acesso ao direito representava naquela sociedade e para aquele Estado, a conquista que garantia às mulheres condições iguais às dos homens para gerirem sua vida coletiva, tendo aí revalorizados suas visões do mundo e interesses próprios, não redutíveis ao âmbito familiar.



Foi desse modo que buscamos evidenciar a presença dessas mulheres que, de forma organizada ou não organizada, lutaram por seus direitos, por democracia, por equidade de gênero nos espaços de trabalho, pelo direito ao trabalho, à memória e à cidadania, avançando a partir dos seus esforços nosso marco civilizatório, na cidade de Manaus e no país.

Data de Submissão: 09/03/2022

Data de Aceite: 18/04/2022

Fontes

Biblioteca Pública do Estado do Amazonas

Acervo Jornal *A Crítica* (1985-1989)

Hemeroteca Digital

Acervo Jornal do Comércio (1985-1989)

Referências Bibliográficas

ALVES, Andreza Michelle dos S. **Movimentos de moradia na cidade:** imprensa, memória e vida urbana em Manaus (1985-1989). PIBIC UFAM, 2017.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. SP: Brasiliense, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. Rio de Janeiro. p. 78.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Suely. Mulheres em Movimento (Enegrecer o Feminismo). **Estudos Avançados**, v.17, n. 49, 2003.

CHALHOUB, Sidney. Classes Perigosas. **Revista Trabalhadores**, n. 6. Campinas: SMCS, 1990.



CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, dez. 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, M. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: Freitas, M.C de (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. História das mulheres no Ocidente. Porto: **Afrontamento**, v. 1, 1990.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, Rio de Janeiro, 1984, p 223-244.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (4 vols). RJ: Civilização Brasileira, 2001.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MATOS, M. Izilda S. (Org.); SOLLER, M. A. (Org.) **Da invisibilidade ao gênero**. São Paulo: NEM/PUC-SP, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução** / Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, no 68, São Paulo, dez/fev/2006. p. 46-57.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. **Revista Catarinense de História**, n. 2, 1994.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.



PERROT, Michele. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 18, p. 9-18, 1989.

RAGO, Luzia Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei - legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

SADER, Eder, **Quando Novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970- 1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patricarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALLES, Alessandra do Amaral; TORRES, Iraildes Caldas. **História de Mulheres: O Movimento Orquídeas e sua inserção na luta por moradia em Manaus**. III Seminário Internacional em Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia Universidade Federal do Amazonas - UFAM Manaus (AM), nov. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre, **Rev. Educação e Realidade**. Vol. 20, jul – dez, 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

THOMPSON. Edward P. **Costumes em comum: Estudo sobre a cultura popular tradicional**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformismo no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

TORRES, Iraildes Caldas. **As Novas Amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.